

# A estrutura racista do sistema internacional: o pensamento internacional de Clóvis Moura

Victor Ferreira de Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo sustenta que o pensamento internacional de Clóvis Moura propõe que a estrutura do sistema internacional constrói socialmente o racismo em nível internacional e doméstico. Ao contrário da teoria neorrealista de Kenneth Waltz de ontologia atomista, o pensamento internacional de Moura indica que a estrutura do sistema internacional é hierárquica a partir de uma ontologia holista, concluindo que as propriedades das unidades são construídas socialmente pelos processos e pela estrutura do sistema internacional. Moura afirma que o lugar de ex-colônias no sistema internacional foi construído violentamente por meio de processos como a acumulação primitiva de capital, o imperialismo capitalista e a alienação produzindo formações sociais caracterizadas pelo terrorismo de Estado, pela aculturação e pelo modo de produção capitalista em sua forma particular dependente.

**Palavras-chaves:** Pensamento Internacional Latino-Americano; Clóvis Moura; Formação do Brasil; Racismo; Estrutura do sistema internacional.

**Abstract:** The article argues that Clóvis Moura's international thought proposes that the structure of the international system socially constructs racism at both the international and domestic levels. Contrary to Kenneth Waltz's neorealist theory, which is grounded in an atomistic ontology, Moura's international thought, based on a holistic ontology, suggests that the structure of the international system is hierarchical, concluding that the properties of its units are socially constructed through the processes and structure of the international system. Moura contends that the position of former colonies within the international system was violently constructed through processes

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba. E-mail: victorfdalmeida@gmail.com

such as the primitive accumulation of capital, capitalist imperialism, and alienation—resulting in social formations characterized by state terrorism, acculturation, and a particular dependent form of the capitalist mode of production.

**Keywords:** Latin-American international thought; Clóvis Moura; Formation of Brazil; Racism; International system structure.

## Introdução

Nos últimos anos, a obra de Clóvis Moura vem sendo resgatada e republicada e foram desenvolvidos estudos sobre a interpretação moureana da formação social brasileira. Nesse artigo, propomos a existência de um pensamento internacional na obra de Moura, considerando que em sua análise da formação do Brasil também existem elementos que consideram processos e estruturas históricas relativas ao lugar do Brasil no sistema internacional. A qualidade do seu pensamento internacional fica evidente quando o colocamos em perspectiva com a teoria realista estrutural de Kenneth Waltz, justamente por essa teoria ser dominante nas Relações Internacionais e por partir de uma ontologia oposta à de Clóvis Moura. Além de analisar a solução para o problema agente-estrutura no realismo estrutural e no pensamento internacional moureano, também consideraremos em que medida ambas as formulações teóricas lidam com a questão do racismo.

Dividiremos o artigo em três seções. Na primeira seção, descreveremos os pressupostos ontológicos para a solução do problema agente-estrutura nas teorias das relações internacionais, a teoria realista estrutural de Kenneth Waltz e o argumento de que essa teoria parte de um pressuposto racista. Na segunda seção, descreveremos os três conceitos fundamentais para a análise de Clóvis Moura sobre o lugar do Brasil no sistema internacional: o primeiro é a acumulação primitiva de capital, o segundo é o “imperialismo capitalista” (LÊNIN, 2021, p. 120) e o terceiro é a alienação. Por fim, na última seção, proporemos a existência de um pensamento internacional de Clóvis Moura, a partir

da análise da sua definição de racismo moderno e da sua interpretação da formação social brasileira.

## O Racismo Implícito no Realismo Estrutural

Considerando que o sistema internacional é constituído por uma estrutura e por unidades que interagem implicados por essa estrutura, “as propriedades dos agentes e das estruturas sociais são ambas relevantes para a explicação do comportamento social”<sup>2</sup> (WENDT, 1987, p. 338). As diferentes soluções para o problema agente-estrutura em Relações Internacionais partem dos pressupostos ontológicos das Teorias das Relações Internacionais (TRI) com relação aos níveis de análise, ao menos do nível do sistema internacional e do nível das unidades estatais. Atomismo é uma ontologia social, segundo a qual “para explicar, você pode e deve considerar ações sociais, estruturas e condições, em termos das propriedades dos indivíduos constituintes”<sup>3</sup> (TAYLOR, 1989 *apud* TEMBY, 2015, p. 730). Por sua vez, a ontologia holista “tenta explicar a ordem social por referência a propriedades hipotéticas ou emergentes de coletividades que são independentes de, e anteriores a interação entre indivíduos particulares”<sup>4</sup> (LEWIS; WEIGERT, 1985 *apud* TEMBY, 2015, p. 730). Ou seja, em teorias de ontologia atomista a estrutura do sistema internacional é analisada a partir da distribuição de propriedades entre as unidades, as unidades são consideradas ontologicamente anteriores a estrutura e essa redutível àquelas. Enquanto em teorias de ontologia holista as propriedades das unidades são construídas socialmente pela estrutura

---

<sup>2</sup> Original: “the properties of agents and those of social structures are both relevant to explanations of social behavior”.

<sup>3</sup> Original: “in order of explanation, you can and ought to account for social actions, structures, and conditions, in terms of properties of the constituent individuals”.

<sup>4</sup> Original: “attempts to account for social order by reference to assumptive or emergent properties of collectivities that are independent of, and antecedent to interaction among particular individuals”.

do sistema internacional, as propriedades emergentes da estrutura são irreduzíveis às propriedades das unidades.

O realismo estrutural<sup>5</sup> ou neorealismo propõe uma teoria que abstrai as características individuais das unidades políticas e suas relações diretas, concentrando-se no arranjo que elas ocupam no sistema internacional. A estrutura, nesse sentido, não é definida pela soma das unidades, mas pela distribuição e posição que ocupam, de modo que mudanças estruturais derivam exclusivamente da alteração desse arranjo. Assim, a estrutura internacional atua como um mecanismo que condiciona e causa determinados padrões de comportamentos, recompensando ou punindo ações em conformidade com o princípio organizador do sistema, que, para os realistas, é a anarquia. Nesse ambiente, cada unidade política é formalmente soberana e, portanto, funcionalmente semelhante, o que gera um sistema competitivo orientado pela lógica da autoajuda.

A definição de estrutura internacional no realismo estrutural, conforme Waltz (1979), baseia-se em três componentes: o princípio ordenador do sistema, a especificação das funções das unidades e a distribuição das capacidades entre elas. Como Waltz conclui que todas as unidades são formalmente iguais em função, a distinção entre elas reside em sua capacidade material, sobretudo econômica e militar, o que confere destaque às grandes potências na análise do sistema. Dessa forma, a teoria adota uma ontologia atomista, priorizando a distribuição de poder como variável central e deixando de lado aspectos subjetivos, como alianças, afinidades ou interações diplomáticas, para explicar os efeitos da estrutura sobre o comportamento dos Estados.

---

<sup>5</sup> O realismo é uma das duas teorias clássicas das Relações Internacionais, junto com o liberalismo. Herdeiros de uma longa tradição de pensamento político que passa por Tucídides, Maquiavel e Hobbes. Existem várias teorias realistas, por exemplo, o realismo político, os realismos estruturais defensivo e ofensivo, o realismo neoclássico e até mesmo o realismo periférico. O realismo estrutural explica o comportamento dos Estados a partir dos efeitos causais que a estrutura do sistema internacional, um ambiente de autoajuda, impõe sobre o comportamento dos Estados.

Após descrever as diferentes ontologias das TRI, a teorização do realismo estrutural de Waltz e analisar a ontologia que fundamenta essa teoria, agora explicaremos o argumento que sustenta que o racismo é implícito nessa teoria. “O racismo embasa a TRI principalmente por meio da influência nas suposições empíricas, éticas e epistemológicas que sustentam paradigmas teóricos” (HENDERSON, 2015, p. 11). A definição de anarquia que pauta as TRI realista, liberal e construtivista<sup>6</sup> é derivada de argumentos dos teóricos contratualistas, em especial de Thomas Hobbes. Porém, assim como há um “contrato sexual” nessas teorias contratualistas, também há um “contrato racial” (MILLS, 2022; PATEMAN, 1993). Hobbes (2003, p. 110) propõe que o estado de natureza “jamais tenha sido geral assim, no mundo inteiro; mas há muitos lugares onde atualmente se vive assim, porque os povos selvagens de muitos lugares da América [...] não possuem nenhuma espécie de governo, e vivem nos nossos dias daquela maneira brutal que antes referi”. Portanto, o estado de natureza hobbesiano “é realmente uma imagem não branca, uma lição racial para os brancos mais racionais, cuja compreensão superior da lei natural [...] lhes permitirá tomar as medidas necessárias para evitá-la e não se comportar como ‘selvagens’”<sup>7</sup> (MILLS, 2022, p. 66, tradução nossa). Além disso, é falso que os povos originários da América sem Estado viviam sob as condições do estado de natureza hobbesiano, pois eram apenas sociedades contra o Estado e com estruturas sociais que fomentavam o apoio mútuo nas quais a “guerra” não assumia a forma de guerras totais e

---

<sup>6</sup> O liberalismo é a segunda das teorias clássicas das Relações Internacionais. Assim como o realismo, também apresenta diversas versões desde o liberalismo clássico de Norman Angell, até o neoliberalismo de Robert Keohane e Joseph Nye Jr. O construtivismo, por sua vez, foi desenvolvido como Teoria das Relações Internacionais por volta da década de 1980 enquanto resposta ao neorealismo e ao neoliberalismo. Construtivistas famosos incluem Alexander Wendt e Emmanuel Adler. Apesar de suas diferenças, o realismo, o liberalismo e o construtivismo propõem que a estrutura do sistema internacional é anárquica, caracterizada pela igualdade jurídica dos Estados.

<sup>7</sup> Original: “is really a nonwhite figure, a racial object lesson for the more rational whites, whose superior grasp of natural law [...] will enable them to take the necessary steps to avoid it and not to behave as ‘savages’”.

seguiam estritos códigos religiosos (KROPOTKIN, 2009; KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Ou seja,

As preocupações dos realistas e idealistas com a anarquia estão enraizadas em um discurso racista que se preocupa com as obrigações de povos superiores em impor ordem nas regiões anárquicas de povos inferiores, a fim de evitar que o caos presumido nestes últimos se espalhe para os territórios ou esferas de interesse dos primeiros (HENDERSON, 2015, p. 20).

A teoria realista estrutural está fundamentada no mito da anarquia tropical, assim

“o fundamento sobre o qual grande parte da disciplina se apoia não é a anarquia, mas sim uma imagem da sociedade primitiva popularizada por antropólogos sociais britânicos durante as décadas de 1930 e 1940”<sup>8</sup> (SAMPSON, 2002, p. 429, tradução nossa).

A fonte fundamental para o estruturalismo de Waltz (1979, p. 80) é a conceituação obsoleta, caótica e racista da sociedade primitiva africana do antropólogo Siegfried Ferdinand Nadel<sup>9</sup>.

“Na antropologia e na teoria social inicial [como as de Nadel], os sistemas primitivos são retratados como descentralizados, desorganizados e caóticos [...]. As sociedades primitivas eram

---

<sup>8</sup> Original: “the foundation upon which much of the discipline rests is not anarchy but rather an image of primitive society popularized by British social anthropologists during the 1930s and 1940s”.

<sup>9</sup> Siegfried Ferdinand Nadel foi seguidor do funcionalismo de A. R. Radcliffe-Brown. Foi um oficial das forças armadas britânicas, onde aplicou suas teorias antropológicas para “administrar” povos colonizados na África. Em 1957 publicou “A teoria da estrutura social”, base para a teoria realista estrutural de Waltz.

caracterizadas [por esses antropólogos racistas] como simples, tradicionais, incivilizadas, pré-modernas e funcionalmente indiferenciadas.”<sup>10</sup> (SAMPSON, 2002, 431, tradução nossa).

Essa base teórica racista implica em posições normativas em uma teoria que segundo Waltz seria uma descrição objetiva, autointitulada realista, do sistema internacional mas que, na verdade, “produz uma imagem da política internacional que privilegia poder sobre progresso, equilíbrio sobre mudança, e medidas preventivas sobre medidas curativas”<sup>11</sup> (SAMPSON, 2002, p. 430, tradução nossa).

## **Acumulação Primitiva, Imperialismo e Alienação**

Após estabelecer os parâmetros em filosofia da ciência que utilizaremos para analisar o pensamento de Clóvis Moura sobre a estrutura do sistema internacional, analisar a solução para o problema agente-estrutura no realismo estrutural e explicar o argumento de que essa teoria é racista. Descreveremos os três conceitos que identificamos como centrais no pensamento internacional de Moura que propomos a existência: a acumulação primitiva de capital, o imperialismo capitalista e a alienação.

A exploração colonial da América, com a descoberta de metais preciosos, o extermínio e a escravização dos povos originários, e o comércio de pessoas africanas escravizadas são, segundo Marx (2013, p. 811), a “aurora da era da produção capitalista”. O sistema colonial é caracterizado como a violência mais brutal aplicada pelo poder dos Estados europeus, com a exploração terrível dos escravizados nos latifúndios. A acumulação propiciada pelo sistema colonial serviu de

---

<sup>10</sup> Original: “In early anthropology and social theory, primitive systems are portrayed as decentralized, disorganized, and anarchic [...]. Primitive societies are simple, traditional, uncivilized, premodern, and functionally undifferentiated”.

<sup>11</sup> Original: “produces an image of international politics that privileges power over progress, equilibrium over change, and preventative measures over curative ones”.

estímulo à indústria naval, ao comércio triangular de escravizados africanos, de produtos manufaturados europeus e de matérias-primas extraídas das colônias americanas. “Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital” (MARX, 2013, p. 814).

Outro processo contido no conceito de acumulação primitiva de capital é o desenvolvimento do sistema de dívidas públicas a partir do financiamento, no começo por cidades-estados na península Itálica, das invasões da América, do comércio de pessoas africanas escravizadas, da infraestrutura necessária para a exploração colonial e dos bens de luxo da elite colonial. “A dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (MARX, 2013, p. 816). Segundo Marx, foi assim que ocorreu o surgimento dos grandes bancos, de sociedade de especuladores privados sob a guarda do Estado em troca do financiamento do comércio triangular, com destaque para o surgimento do banco central inglês em 1694. Em virtude dos gastos com a exploração colonial e com o comércio de africanos escravizados, surge o moderno sistema tributário para pagar a dívida pública que se sustentava na tributação do consumo, que onera desproporcionalmente a população de menor renda e na época elevava a inflação (MARX, 2013). Esses são os processos da acumulação primitiva de capital que são relevantes para a análise da formação do Brasil.

Por sua vez, o imperialismo capitalista<sup>12</sup> decorre dos ciclos de acumulação dos capitais industrial, mercantil e bancário que,

---

<sup>12</sup> Lênin (2021) expressa repetidas vezes que o seu conceito de “imperialismo capitalista” (p. 53) foca na “essência econômica” (p. 30) do fenômeno e que “não nos deteremos, por mais que merecesse, no aspecto não econômico do problema” (p. 40), de disputa pelo poder entre os Estados (MORGENTHAU, 2003, p. 97). Assim como também reconhece que o imperialismo é um fenômeno tão antigo quanto os impérios clássicos que não eram capitalistas. Acrescentamos que o “imperialismo cultural” (MORGENTHAU, 2003, p. 124) nem sequer foi percebido por Lênin, tática imperialista que não escapou ao pensamento de Clóvis Moura, que define o racismo como uma arma ideológica do imperialismo.

sem instrumentos estatais que combatam a tendência do modo de produção capitalista à concentração de capital, produzem monopólios de capital financeiro que se diferenciam em poder e em taxa de lucro dos capitais industrial e mercantil, constituindo uma nova fração da classe burguesa, a “oligarquia financeira” (LÊNIN, 2021, p. 84). Sob a base material desse domínio doméstico, diante do esgotamento das possibilidades de acumulação no mercado interno, esse capital financeiro busca mercados em países dependentes ou em colônias, buscando áreas ao redor do mundo para extrair matérias-primas, explorar a mão de obra local, vender produtos industrializados e parasitar por meio de empréstimos.

Na fase do “capitalismo monopolista”, a continuidade do processo de acumulação da classe de oligarcas financeiros depende da exportação de capitais para colônias e para países dependentes. Lênin propõe que a exportação de capitais está atrelada a investimentos estrangeiros diretos em obras de infraestrutura e no setor industrial e a empréstimos aos Estados dependentes. Devido a essa exportação de capitais, o Estado imperialista adquire poder sobre o Estado dependente e sobre as colônias, de forma que “os países que exportam capital podem quase sempre obter certas ‘vantagens’ cujo caráter lança luz sobre as peculiaridades da época do capital financeiro e dos monopólios” (LÊNIN, 2021, p. 88). Assim, para Lênin, o sistema internacional, nesse período histórico (1870~1917), era caracterizado por três classes de unidades políticas: as colônias, os Estados dependentes e os Estados imperialistas.

Após esgotar as possibilidades de acumulação no mercado interno, o capital financeiro passa a exportar capitais para colônias e Estados dependentes em sua esfera de influência constituindo cartéis internacionais. Essas esferas de influência estão sob constantes contestações de outras associações de capitalistas, de forma que é possível que ocorram novas partilhas a partir da modificação do que Lênin (2021, p. 104) chama de “correlação de forças”<sup>13</sup>, que depende

---

<sup>13</sup> Equilíbrio de poder, no vocabulário técnico das Relações Internacionais.

de fatores econômicos e políticos (diplomáticos e militares). Ou seja, a competição encarniçada entre as associações capitalistas decorre da própria estrutura do mercado global, no qual não há suficientes áreas disponíveis para a acumulação de capital, assim dividem o globo segundo a força.

O mundo é, ao mesmo tempo, repartido entre as associações políticas, entre os Estados imperialistas, em uma luta pelo território econômico almejado pelas associações monopolistas capitalistas. Em outras palavras, a partir do último quartel do século XIX, a expansão territorial das grandes potências tornava clara “a conexão entre as raízes puramente econômicas, por assim dizer, do imperialismo mais recente [o imperialismo capitalista] e as suas raízes sociais e políticas” (LÊNIN, 2021, p. 104). No capitalismo monopolista,

“a posse de colônias é a única coisa que dá plenas garantias ao sucesso do monopólio contra todas as contingências da luta com o oponente, mesmo quando este procura se defender com uma lei que implante o monopólio estatal” (LÊNIN, 2021, p. 108).

Além disso, a expansão territorial e a partilha do mundo eram percebidas pelos oligarcas financeiros e pelos governantes imperialistas como um fator que atenuaria a luta de classes nas metrópoles, a partir dos benefícios em bem-estar para as “camadas superiores do proletariado” e do envio de colonos para os territórios anexados (LÊNIN, 2021, p. 136 e 138).

Por fim, descreveremos o conceito de alienação para Marx<sup>14</sup>. O conceito de alienação parte da compreensão de que o trabalho assalariado não produz somente mercadorias, ele também produz a si

---

<sup>14</sup> Optamos por trabalhar o conceito de alienação a partir dos cadernos pois na nossa interpretação o uso de Moura para a análise da formação brasileira está mais focado na desefetivação ao longo do processo produtivo e menos no caráter fetichista da mercadoria. Não estamos tomando posição no debate sobre estranhamento e alienação no qual está envolvida a tradição lukacsiana.

mesmo e os seres humanos como mercadorias. A alienação ocorre em três aspectos: a alienação do trabalhador do produto do seu trabalho; a alienação no processo da produção; e a alienação da vida genérica (NETTO, 2015). No primeiro sentido, a “efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação*” (MARX, 2004, p. 80). Ao produzir mercadorias o trabalhador assalariado menos pode possuir e mais sob o domínio do seu produto ele fica, até o ponto de morrer de fome.

“Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio” (MARX, 2004, p. 81).

Quanto mais o trabalhador assalariado transforma a natureza por meio do seu trabalho, mais ele perde os meios de vida em um duplo sentido.

“Primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para subsistência física do trabalhador” (MARX, 2004, p. 81).

A alienação na atividade produtiva ocorre por meio da exteriorização do trabalho. A exteriorização do trabalho assalariado se manifesta no fato de os produtos do trabalho não pertencerem ao trabalhador. O trabalho assalariado não é voluntário, mas nem por isso satisfaz as necessidades básicas do trabalhador, é um trabalho que deforma o trabalhador, um auto sacrifício.

“Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro” (MARX, 2004, p. 83).

Assim, a alienação no trabalho assalariado consiste na atividade em que

“a energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – [torna-se] como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele” (MARX, 2004, p. 83).

O trabalho alienado arranca do ser humano o produto do seu trabalho e arranca a sua vida como ser humano, desumaniza-o e o transforma em mercadoria. O trabalho alienado inverte a relação do ser humano com o trabalho, com sua atividade vital, de forma que sua natureza<sup>15</sup> torna-se apenas um meio para a sua existência. Assim, a consciência do humano sobre o seu gênero se transforma, mediante um estranhamento, de forma que a vida genérica se torna para ele um meio.

“Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação, para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto” (MARX, 2004, p. 87).

---

<sup>15</sup> Existe todo um debate sobre a caracterização do conceito de natureza humana em Marx e não temos posição nisso. Apenas cabe citar que para Netto (2015, p. 67) “trata-se de uma estrutura antropológica dinâmica, que dispõe de possibilidade *produzidas* pelos homens no processo de constituição do ser social deflagrado pelo *trabalho*, possibilidades portanto mutáveis”.

## O Pensamento Internacional de Clóvis Moura

Após explicar os três conceitos que identificamos como centrais no pensamento internacional que propomos existir na obra de Clóvis Moura, agora iremos apresentar os argumentos que sustentam tal proposição a partir da análise do seu conceito de “racismo moderno” e da sua interpretação da formação social brasileira.

Moura (2023, p. 62) define o racismo moderno como “uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar”. O racismo moderno surgiu com o capitalismo industrial, enquanto justificativa para a dominação de um povo, nação ou classe sobre outra, a partir de argumentos “científicos”, em especial o darwinismo social. A análise do racismo “ficará sempre inconclusa se não a analisarmos como um dos componentes de um aparelho de dominação econômica, política e cultural” (MOURA, 2023, p. 69). Aprofundando a definição, propõe que “o racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular” (MOURA, 2023, p. 64). Ou seja, no pensamento de Clóvis Moura o racismo desempenha um papel agressivo nos níveis de análise local, doméstico e internacional e, como iremos elaborar adiante, considera que essa arma do imperialismo foi construída socialmente e é reproduzida por meio de processos e estruturas históricas.

É possível afirmar que a definição de racismo como arma ideológica do imperialismo se aproxima do conceito de imperialismo cultural de Morgenthau (2003). Ambos os conceitos expressam uma política de poder que visa “o controle das mentes dos homens, como instrumento para alterar as relações de poder entre duas nações” (MORGENTHAU, 2003, p. 125). Para o realismo político<sup>16</sup>, quando

---

<sup>16</sup> Como explicamos antes, o realismo político é uma das variações da teoria realista, para ser mais preciso é a sua primeira versão formalmente apresentada. O realismo político analisa da política internacional a partir dos “interesses definidos como

um Estado A consegue hipoteticamente conquistar as mentes dos tomadores de decisão do Estado B, a vitória do Estado A é mais completa e mais estável do que quando as políticas imperialistas são apenas econômicas ou militares. Para Moura, quando os Estados imperialistas conseguem introjetar o racismo na classe dominante e na população de suas colônias e dos Estados dependentes, a alienação resultante faz com que nessas formações sociais “foge-se do homem concreto para o homem abstrato imposto pelo colonizador: o branco” (MOURA, 1983, p. 134) o que aumenta as chances da perpetuação do *status quo* na hierarquia internacional. Apesar de não ser influenciado pelo realismo político, chega a conclusões similares ao propor que o imperialismo produz uma alienação social e cultural em que ocorre “uma negação e/ou fuga de nosso ser étnico, cultural e político, expressa através de uma produção estimulada pelo neocolonialismo” (MOURA, 2023, p. 72). Essa ideologia colonial e imperialista é construída socialmente por meio da reprodução de “toda uma literatura racista que nos vinha, ou nos vem, das metrópoles colonizadoras, para nos inferiorizar através da nossa própria autoanálise” (MOURA, 2023, p. 70), além dos processos materiais de acumulação primitiva de capital, do imperialismo português e inglês e pelos modos de produção escravista e capitalista em sua forma particular dependente.

A análise de Moura sobre a questão do racismo no Brasil usa “como metodologia este fio condutor exposto tão bem por K. Marx, procuramos analisar e interpretar a dinâmica do escravismo no Brasil, isto é, a partir das suas contradições estruturais” (MOURA, 1994, p. 18), analisando as estruturas políticas e culturais que se formam em complemento a um modo de produção. Assim, propõe que o modo de produção escravista produziu marcas profundas nas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais da formação social brasileira,

---

poder”, ao contrário do que consta nos manuais de TRI, o realismo político não explica a política internacional a partir da natureza humana, apenas atribui ao comportamento político uma lógica própria que diz respeito à autonomia da esfera política sobre as demais esferas sociais (SOARES DE LIMA, 2018).

denunciando que na transição para o modo de produção capitalista “as estruturas de poder, após o 13 de maio, querem esvaziar o Negro como ser, situando-o como inferior biológica, estética e culturalmente” (MOURA, 1983, p. 127). No capitalismo dependente brasileiro ocorre uma divisão racial do trabalho na qual as populações negras deveriam ser pacificamente aceitas como inferiores para postos de trabalho qualificados,

“mas, ao mesmo tempo, o Negro seria colocado em pé de igualdade com o Branco em serviços para os quais o Branco não se mostraria motivado e interessado por serem considerados atividades inferiores” (MOURA, 1983, p. 127).

Assim, a divisão racial do trabalho no pós-abolição aumentou a exploração sobre trabalhadores não-brancos, a margem de lucro dos capitalistas brancos e o bem-estar da classe média branca que usufruía do trabalho de cuidado mal remunerado.

Portanto, o racismo, no nível de análise doméstico da formação social brasileira, cumpre o papel de sustentar um sistema de exploração das classes trabalhadoras não-brancas pelas classes dominantes e médias brancas. Enquanto o racismo, no nível de análise internacional, serve de “multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológicos e cultural de ‘raças eleitas’” (MOURA, 2023, p. 63). O racismo foi instrumental à acumulação primitiva capitalista que ocorreu no continente americano por meio do sistema colonial, para justificar o genocídio, a escravização dos povos originários da América e o tráfico negreiro com a África. Assim como foi instrumental para o imperialismo capitalista no saque das colônias na Ásia, América Latina, África e Oceania, de forma que “criou uma trégua entre as nações conquistadoras, e com isso o mundo ficou dividido entre os brancos

civilizados europeus e os povos não-brancos ‘bárbaros’ e ‘selvagens’” (MOURA, 2023, p. 66).

Ou seja, no pensamento internacional de Clóvis Moura os processos históricos constroem socialmente a estrutura hierárquica do sistema internacional, que, por sua vez, constrói socialmente as propriedades das unidades políticas que constituem o sistema, com classes de unidades políticas brancas “civilizadas” e não-brancas “selvagens”. No pensamento de Moura as estruturas da formação social brasileira constroem socialmente o racismo doméstico, no seu pensamento internacional o lugar de ex-colônias no sistema internacional foi construído violentamente por meio de processos como a acumulação primitiva, o imperialismo português e inglês e a alienação. E o lugar das ex-colônias no sistema internacional constrói socialmente formações sociais caracterizadas pelo terrorismo de Estado<sup>17</sup>, pela aculturação<sup>18</sup> e pelos modos de produção escravista e capitalista em sua forma particular dependente. Ao analisar a transição do modo de produção escravista para o capitalista, sua ontologia holista pode ser identificada quando propõe que “os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante” (MOURA, 1983, p. 135).

---

<sup>17</sup> O conceito empregado não é utilizado pelo próprio Clóvis Moura (1994), que se limita a descrever objetivamente o alto grau de repressão estatal fundamental para a manutenção da divisão racial do trabalho durante os modos de produção escravista e capitalista. No entanto, a aplicação da violência estatal para promover a manutenção do *status quo* por meio do terror imposto a grupos sociais específicos é típica da definição de terrorismo de Estado (SEMERARO, 2025).

<sup>18</sup> O conceito de aculturação foi “cunhado [...] para explicar o contato entre aquelas culturas que se expandiam como transmissoras da ‘civilização’ (colonizadores) e aqueles povos dominados, ágrafos, considerados portadores de uma cultura primitiva, [...] mais permeáveis a uma influência modificadora por parte da cultura dominadora” (MOURA, 2019, p. 68). A política de aculturação hierarquiza e domina os grupos sociais não brancos, de forma que o eurocentrismo das elites brasileiras impactou o comportamento de parcelas das classes racializadas dominadas, fragmentando suas identidades para tentar se proteger com os valores criados para sua dominação (MOURA, 2019; 1994).

Em sua análise do processo de formação do Brasil, Moura distingue dois períodos formativos principais: o escravismo pleno e o escravismo tardio. A análise materialista histórica feita destaca as contradições estruturais, relacionadas ao modo de produção, e sua determinação sobre a dinâmica desses períodos históricos formativos do Brasil. O escravismo pleno caracteriza o período entre 1550 até aproximadamente 1850, quando é efetivamente proibido o tráfico internacional de escravizados africanos. Do ponto de vista da superestrutura, o sistema colonial era administrado por uma estrutura política altamente centralizada, governado por governadores-gerais e vice-reis. Diante da contradição fundamental entre senhores de escravos brancos e escravizados africanos e indígenas, “a repressão a essa rebeldia por parte do Estado escravista [...] era uma força necessária e eficaz para poder manter o equilíbrio social” (MOURA, 1994, p. 37).

Outro elemento estrutural do sistema colonial é a divisão internacional do trabalho imposta pela violência do Estado imperialista, em que a colônia é totalmente subordinada economicamente à metrópole. Esse lugar no sistema internacional foi construído socialmente por meio do monopólio comercial do Conselho Ultramarino, e

“tanto esse capital fixo como o variável o senhor de engenho tinha de dispor, controlar, para manter a empresa em condições operacionais, isso exigia [...] um alto investimento e, em contrapartida, um alto padrão de exploração do trabalho” (MOURA, 1994, p. 40).

Financiamento por vezes obtido em cidades-estados italianas e pelo estrangulamento fiscal da colônia por meio da arrecadação de dízimos para a Igreja católica e impostos para a metrópole. “Era uma economia que não permitia a acumulação de excedentes e de capitais internos em proporções suficientes à abertura de uma via independente de desenvolvimento” (MOURA, 1994, p. 44). A classe dominante colonial, os senhores de engenho brancos, eram

completamente subordinados à metrópole, não se constituíam como uma classe hegemônica, tendo o preço das matérias-primas extraídas da colônia estabelecido pela metrópole e o preço dos escravizados africanos fixado pelos traficantes e seus intermediários. Ou seja, o lugar da colônia brasileira no sistema internacional foi construído por meio do processo de acumulação primitiva e só existia a metrópole porque havia a colônia e vice-versa.

A vinda de Dom João VI e a Proclamação da Independência não modificaram nada substancial na formação brasileira, de modo que todo o desenvolvimento interno que ocorre nesse processo é superestrutural, não alterando a estrutura social e econômica do Brasil que preservou o modo de produção escravista.

“O escravismo criava os seus próprios mecanismos de estagnação econômica e social internos e era estrangulado externamente de forma quase completa pelo polo de poder da Metrópole” (MOURA, 1994, p. 50).

Ou seja, ao praticar o modo de produção escravista moderno, o Brasil se deformava com o passar do tempo, a formação social se alienava no sistema internacional. O que caracteriza o escravismo pleno é a

“subordinação total da economia de tipo colonial à Metrópole e [a] impossibilidade de uma acumulação interna de capitais em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo para o capitalismo não dependente” (MOURA, 1994, p. 50).

O conceito de escravismo tardio, por sua vez, descreve o período entre 1850 e 1888, no qual

“relações capitalistas [...] não surgem quase nunca da nossa acumulação interna, mas, foram injetadas de fora, implantadas por todo o complexo subordinador que atuava dinamicamente no

polo externo, condicionando-nos econômica, social e culturalmente” (MOURA, 1994, p. 83).

E limitando nossa capacidade de desenvolvimento autônomo. A subordinação ao capital imperialista e a longa duração da escravidão no Brasil alienaram a nossa formação social na estrutura do sistema internacional, nos subordinaram na divisão internacional do trabalho, criaram um Estado corrupto e repressivo, nos alienaram de nossa identidade étnica e cultural e “criou as razões do nosso subdesenvolvimento que perdura até hoje de forma cada vez mais traumática” (MOURA, 1994, p. 53). Esse período contraditório da formação do Brasil é caracterizado por investimentos estrangeiros diretos ingleses na produção industrial e em infraestrutura (telégrafo, ferrovias, portos, iluminação a gás, telefone, etc...), introdução da modernidade enquanto se preservam as estruturas sociais atrasadas: o latifúndio, o império, o escravismo, a teocracia, o racismo e o cis-hétero patriarcado. A contradição entre o moderno e o arcaico na formação brasileira, data deste período formativo do Brasil, no qual a ciência e a tecnologia introduzidas pelo capital inglês passaram a “servir aos detentores do poder, às suas instituições e elites executoras desse poder, que representam o passado e criam níveis de resistência à mudança social” (MOURA, 1994, p. 53).

A entrada do capital imperialista inglês no Brasil causou um progressivo processo de dependência com a captura da dívida pública e dos setores industrial e bancário, estrangulando a possibilidade de desenvolvimento de uma burguesia nacional que propusesse um projeto nacional de industrialização. Aqui nota-se como Moura (1994) compreende que o imperialismo capitalista inglês atuou na formação do Brasil, um Estado dependente, com as táticas típicas da teoria leninista, os investimentos estrangeiros diretos nos setores industrial e de infraestrutura e com a captura da dívida pública. Além disso, os investimentos do capital inglês ocorreram de forma assimétrica no

território nacional com prioridade para a região Sudeste, região que dominará a política nacional na República Velha.

“Essa situação de alienação da nossa economia se realizava ainda com o trabalho escravo em pleno funcionamento e que, também, entrará como um componente das barreiras que uma burguesia fraca e nascente pudesse se desenvolver de forma autônoma” (MOURA, 1994, p. 60).

## Considerações Finais

Como vimos, existem dois pressupostos para a solução do problema agente-estrutura nas teorias das relações internacionais: a ontologia atomista e a ontologia holista. O realismo estrutural é uma teoria de ontologia atomista, em que a análise das propriedades das unidades é chave para a explicação do efeito causal da estrutura sobre o comportamento das unidades; portanto, o realismo abstrai da análise as relações entre as unidades. Segundo Henderson (2015) e Sampson (2002), o realismo estrutural parte de um pressuposto racista: a anarquia tropical. É uma falsificação histórica justificar a existência do Estado a partir do “estado de natureza hobbesiano”, pois ele não é verificado nos modos de vida das sociedades originárias da América sem Estado. E, a partir dessa base racista, a teoria acaba apresentando um viés normativo que privilegia o acúmulo de poder e a preservação do *status quo*. Essa é a base comparativa na qual a qualidade do pensamento internacional de Clóvis Moura fica evidente.

Na sequência, descrevemos os três conceitos fundamentais para o pensamento internacional de Moura: a acumulação primitiva de capital, o imperialismo capitalista e a alienação. A acumulação primitiva fora da Europa resultou da exploração colonial da América, do comércio triangular que integrava manufaturas, tráfico negreiro e matérias-primas, bem como do fortalecimento da indústria, das dívidas públicas e do sistema tributário moderno. Já o imperialismo capitalista

emerge da fusão entre capitais industrial e bancário, formando monopólios de capital financeiro que se expandem globalmente e disputam territórios econômicos por meio de investimentos diretos na indústria e na infraestrutura, de empréstimos aos Estados dependentes e por meio da ação militar dos Estados imperialistas. Por fim, o conceito de alienação em Marx refere-se ao processo pelo qual o trabalhador assalariado, ao produzir mercadorias, acaba por transformar a si mesmo em mercadoria, perdendo o controle sobre o fruto de seu trabalho e sobre a própria atividade produtiva. Nesse contexto, o trabalho deixa de ser uma expressão vital e consciente do ser humano, convertendo-se em um ato de submissão que o desumaniza, o estranha de sua vida genérica e o submete ao domínio de forças externas.

Clóvis Moura define o racismo moderno como uma ideologia construída para justificar a dominação econômica, política e cultural, articulando-se historicamente ao imperialismo e ao capitalismo industrial por meio de fundamentos pseudocientíficos, como o darwinismo social. Em sua análise, o racismo atua simultaneamente nos níveis de análise doméstico e internacional: no âmbito interno, sustenta a exploração das populações não brancas por elites brancas, perpetuando hierarquias sociais herdadas do escravismo e adaptadas ao capitalismo dependente; no plano internacional, funciona como instrumento ideológico do imperialismo, legitimando genocídios, escravidão e o saque colonial. Dessa forma, Moura compreende o racismo como um mecanismo estrutural e socialmente construído, que reforça tanto a hierarquia internacional entre nações “civilizadas” e “selvagens” quanto a divisão racial do trabalho nas formações sociais nacionais.

## Referências

HENDERSON, Errol A. Hidden in plain sight: Racism in international relations theory. In: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAN, Robbie (org.). *Race and Racism in International Relations: Confronting the global colour line*. Nova York: Routledge, 2015. p. 19–43.

- HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KROPOTKIN, Piotr. *Ajuda mútua: um fator de evolução*. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- MARX, Karl. *O capital, livro 1* [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MILLS, Charles W. *The Racial Contract*. Ithaca [New York]: Cornell University Press, 2022.
- MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- MOURA, Clóvis. *Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Ásia*, vol. 14, 1983.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. [recurso eletrônico] São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- MOURA, Clóvis. *O Racismo como Arma Ideológica de Dominação I. Lutas sociais*, São Paulo, vol. 27, nº 50, p. 61-73, 2023.
- NETTO, José Paulo. *Marx em Paris*. In: MARX, Karl. *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- SAMPSON, Aaron Beers. Tropical Anarchy: Waltz, Wendt, and the Way We Imagine International Politics. *Alternatives*, Vol 27, 2002.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina. A atualidade do pensamento de Hans Morgenthau. *Relações Internacionais*, Logroño, vol. 58, p. 27-40, 2018.
- SEMERARO, Giovanna Migliori. Introdução ao terrorismo de Estado: uma revisão bibliográfica sistemática. *Revista Direito GV*, São Paulo, vol. 21, p. 1-26, 2025.
- TEMBY, Owen. What are levels of analysis and what do they contribute to international relations theory? *Cambridge Review of International Affairs*, Cambridge, vol. 28, n° 4, p. 721-742, 2015.
- WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.
- WENDT, Alexander E. The agent-structure problem in international relations theory. *International Organization*, Massachusetts, vol. 41, n. 3, p. 335-370, 1987.